

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 037/2023

Porto Nacional - TO, em 13 de novembro de 2023.

**A Sua Excelência o Sr,
Charles Sousa.
Presidente da Câmara Municipal
Porto Nacional - TO**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência Projeto de Lei Complementar nº. 004/2023, que:
“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2009 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2019 (PLANTA DE VALORES GENÉRICOS DE PORTO NACIONAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo alterar o Art. 13, da Lei Complementar nº 07/2009 (Código Tributário Municipal–CTM), acrescentando previsão de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana–IPTU, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, para imóveis do Distrito Multissetorial 13 de Julho, e, acrescentar o Loteamento Distrito Multissetorial nas Tabelas A1 e B1 dentro do âmbito de tratamento do Art. 2º da Lei Complementar nº 077/2019 (enquadramento do loteamento na Planta Genérica de Valores), visando incentivar a organização de empreendimentos no Distrito Multissetorial 13 de Julho, com fito, ainda, de promover a permanência destes estabelecimentos no espaço a eles reservado.

Ademais, ainda na esteira das isenções, este PLC visa ainda atender uma demanda já recorrente: a contemplação da isenção da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSCL, nos enquadramentos dos incisos I, II e III do Art. 13 do CTM.

Assim, o PLC concederá incentivos fiscais para que os Contribuintes que se instalarem no projeto de fomento econômico do município, bem como, concederá a isenção da TSCL aos aposentados, viúvos, idosos, aos portadores de cegueira e deficientes físicos, que atendam aos requisitos do Art. 13, do Código Tributário Municipal.



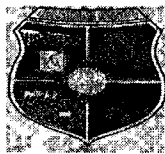
ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
CASA CIVIL

Devido à importância da presente matéria, requeiro nos termos do Regimento Interno desta Casa, que a tramitação do presente Projeto, se dê em **REGIME DE URGÊNCIA**, e, desde já, conto com o apoio dos Nobres Edis na aprovação.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop followed by several smaller loops and a long horizontal stroke.

RONIVON MACIEL

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000
(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

**“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/2009 (CÓDIGO
TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), E DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 077/2019
(PLANTA DE VALORES
GENÉRICOS DE PORTO NACIONAL) E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Eu, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Porto Nacional aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

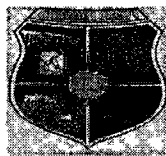
Art. 1º O caput do Art. 13 da Lei Complementar nº 07, de 29 de dezembro de 2009, Código Tributário do Município de Porto Nacional, passa a vigorar acrescido de inciso IV e dos §1º, §2º e §3º, bem como do Art. 182-A.

Art. 13:

(...)

IV os imóveis da União que forem cedidos em condições especiais ao município de Porto Nacional para a implantação do Distrito Multissetorial 13 de Julho.

§1º A isenção de que trata o inciso IV, do Art. 13 deste Código, se dará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, improrrogáveis, que serão contados a partir da data da assinatura do Termo Legal da Cessão ao beneficiário do imóvel (sujeito passivo).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

§2º O benefício de isenção de que trata os incisos I, II e III, do caput do Art. 13 desta Lei, será concedido mediante requerimento do interessado, com documento probante de renda mensal e comprovante de identidade.

§3º O benefício de isenção de que trata os incisos IV, do caput do Art. 13, será concedido mediante a apresentação de Ato Constitutivo do empreendimento, Ato Legal da Cessão e Documentos pessoais do responsável.

(...)

Art. 182-A. Os imóveis alcançados pela isenção de que tratam os incisos I, II e III, do Art. 13, desta Lei Complementar, também serão isentos da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSCL.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único da Lei Complementar nº 07, de 29 de dezembro de 2009.

Art. 3º Fica acrescida nas Tabelas A1 e B1 que trata o Art. 2º da Lei Complementar nº 077/2019, no Zoneamento C, o Loteamento Denominado “Distrito Multissetorial 13 de Julho”.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**, Estado do Tocantins, aos 13 dias do
mês de novembro do ano de 2023.

RONIVON MACIEL GAMA

Prefeito de Porto Nacional